



**Titulo: Uma Faixa, Uma Rota: visão e ações da estratégia chinesa**

Autora: Anabela Rodrigues Santiago (*Universidade de Aveiro*)

Mestre em Estudos Chineses, especialização em Economia e Negócios da China, pela Universidade de Aveiro. Licenciada em Línguas e Relações Empresariais pela Universidade de Aveiro. Formadora e tradutora de mandarim, níveis de Iniciação.

### **Resumo/Abstract**

A República Popular da China, no seguimento das suas políticas diplomáticas, e com o objetivo de manter um crescimento sustentado da sua economia, encetou em 2013 uma estratégia denominada “*One Belt, One Road*”, ou em português, “Uma Faixa, Uma Rota”, conhecida ainda como a Nova Rota da Seda. Essa estratégia está atualmente inserida no 13º Plano Quinquenal do Partido Comunista Chinês que assenta ele próprio em dois conceitos-chave (crescimento sustentado e equidade social) e traça metas muito ambiciosas no que toca à criação de infraestruturas para o comércio livre e para a interconetividade entre os povos. Este artigo pretende esclarecer em que consiste essa estratégia, quais os seus objetivos principais e o que está a ser feito para os atingir em termos políticos, económicos e sociais. Pretende-se também dar a conhecer qual o possível impacto dessa estratégia a nível externo, para a Europa, para os EUA e continente africano, num mundo cada vez mais globalizado.

**Palavras-chave:** Plano Quinquenal, equidade social, estratégia “Uma Faixa, Uma Rota”

## **Uma Faixa, Uma Rota: visão e ações da estratégia chinesa**

Tendo tido início em 2013 e estando agora inserida no 13º Plano Quinquenal como parte da sua estratégia política atual, a República Popular da China delineou uma Estratégia à qual deu o nome de “Uma Faixa, Uma Rota”. Esta iniciativa tem por objetivo central retomar o conceito base da Antiga Rota da Seda, ou seja, fomentar as trocas comerciais e civilizacionais entre o Oriente e o Ocidente. “Visão e Ações sobre a Construção da Cintura Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI” é o nome do documento de referência que contém as linhas orientadoras do novo programa de cooperação internacional da China.

Com efeito, a Rota da Seda era um conjunto de rotas marítimas e depois terrestres que serviam para a transação comercial da seda entre a Ásia e a Europa. Foi muito importante também na troca de conhecimentos e experiências culturais, sobretudo se pensarmos que tem mais de 2000 anos. No início, a rota ligava a cidade de Chang'an na China até Antioquia na Ásia Menor, mas o seu espectro de influência foi aumentando chegando até à Coreia e ao Japão, dando assim origem à maior rede comercial do Mundo Antigo. O auge do comércio da seda transportada através destas rotas aconteceu durante a dinastia Wu-ti (140-186 d. C.), entrando em declínio séculos mais tarde por causa das convulsões que tiveram lugar na Ásia Central. Essas rotas comerciais contribuíram adicionalmente para a expansão das doutrinas budistas (século II) e mais tarde do nestorianismo (século VII).

Hoje, a República Popular da China pretende retomar o espírito dessa Rota da Seda e criar uma nova rota, desta vez uma rota que abarca mais países e não só 2 regiões do Globo, uma rota a nível global. O projeto conta já com a participação de mais de 60 países, sendo portanto reconhecido na arena da política internacional. O governo chinês afirma que, além de promover o benefício mútuo e aprofundar a cooperação entre os países, ela permitiria a criação de uma comunidade com partilha de interesses e inclusão cultural, além de promover a integração económica e aumentar as transações comerciais entre os participantes.

Existem efetivamente duas vertentes dessa Rota, a da via terrestre e a da via marítima. A via marítima vai de Fuzhou a Veneza passando por cidades como Kuala Lumpur, Jakarta, Kolkata, Nairobi e Atenas, entre outras. O foco está na construção de redes de

transporte marítimo eficientes e seguras que permitam a ligação entre os principais portos ao longo da rota. Assim, os principais corredores económicos seriam o corredor China-Paquistão e o Bangladesh-China-India-Mianmar. A Rota terrestre vai de Xian a Roterdão passando por cidades como Teerão, Istanbul e Moscovo, entre outras.

Silk Road Economic Belt and Maritime Silk Road



Source: Xinhua, Barclays Research

O objetivo máximo desta estratégia é a conectividade Ásia- Eurásia, essencialmente, mas também Ásia-África. A conectividade cobre cinco principais áreas de interesse: a coordenação política, a construção de infraestruturas (que passa muito pela construção de auto-estradas e de caminhos de ferro de bitola padrão), o comércio livre com a livre circulação de bens e serviços e a harmonização de normas alfandegárias (harmonização códigos pautais e das leis de tributação a nível internacional), a integração financeira e a partilha cultural. Uma das principais metas é a criação de um corredor comercial para fornecimento direto de produtos do Oriente para Ocidente. Tudo isto, claro está, num clima de paz e coexistência pacífica entre os povos, pois a República Popular da China não quer abrir mão do seu *Soft Power* e pretende continuar a reger-se pelos princípios da igualdade e dos benefícios mútuos, da complementaridade de vantagens e da multiplicidade de formas de cooperação.

O conceito de *Soft Power* foi originalmente usado em finais dos anos 1980 por um professor da Universidade de Harvard, Joseph Nye Jr., por oposição ao termo “Hard Power” que se refere essencialmente ao poder de influência através do poderio bélico de uma nação.

Teve o seu ponto de partida em 1997, após o rebotar da “crise asiática”, quando a China, perante o cenário de crise, recusou desvalorizar a sua moeda para não afundar ainda mais as economias dos seus países vizinhos. Foi apenas o seu primeiro passo. A partir daí, os líderes chineses enfatizam nos seus discursos que Beijing se preocupa em ouvir as vozes das outras nações e em ajudar aquelas que necessitem de ajuda externa, baseando-se sempre nos 5 princípios de coexistência pacífica. Esses princípios, segundo notas do governo chinês, são os principais orientadores da política externa chinesa na atualidade. São eles: (1) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (2) não agressão mútua; (3) não ingerência nos assuntos internos de cada povo; (4) benefício e igualdade mútuos e desenvolvimento conjunto; (5) se manter atualizado no que tange a reformas e inovação.

No entanto, os chineses já usavam o *Soft Power* no século XVIII, quando os emigrantes dessa altura - ou seja, os comerciantes espalhados na costa da Índia - ocupavam mesmo o papel de comerciantes, mercadores que estabeleciam a ponte entre as populações indígenas e os colonos europeus da época, optando por não interferir nos assuntos internos dos povos.

Séculos mais tarde, no final dos anos 60, a imagem dos Estados Unidos da América estava abalada pelo desfecho da Guerra do Vietname. Era do interesse comum dos Estados Unidos e da China combater o poderio militar da União Soviética e a sua forma particular de Comunismo, o que os levou a aliarem-se neste combate, mas sempre com um propósito paralelo por parte dos EUA de ter a China “debaixo de olho”, integrando-a em organismos internacionais e obrigando-a a acatar as regras internacionais. Assim, a China é hoje Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU, membro da Organização Mundial de Comércio, do G-20, entre outras organizações / instituições. O objectivo da República Popular da China era mesmo esse: integrar-se na comunidade internacional para ajudar o seu povo a desenvolver-se e retirar a população chinesa do estado de pobreza em que muitos se encontravam.

Aliás, na opinião de muitos sinólogos, esta estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” é um produto do pensamento neo-mercantilista chinês, na medida em que se traduz numa expansão do capitalismo Estatal chinês, movido por um excesso de capacidade produtiva da sua indústria.

A estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” vai permitir o desenvolvimento de algumas regiões da China menos desenvolvidas até à data, inserindo-se numa das metas do 13º Plano Quinquenal, nomeadamente no alcance da equidade social, que passa por reduzir ou fazer desaparecer o fosso regional que existe na China, tentando erradicar a pobreza e dando qualidade de vida à população em geral.

Com efeito, 2016 marcou a entrada em vigor do 13º Plano Quinquenal do Partido Comunista Chinês que vigorará até 2020. Os planos quinquenais, como o próprio nome indica, são planificações por um período de 5 anos, estes planos traçam as linhas orientadoras da ação do Partido Comunista Chinês e são elaborados desde a década de 1950.

Este Plano Quinquenal assenta em dois conceitos fundamentais que são:

- o do desenvolvimento baseado simultaneamente na inovação e pesquisa científica e na proteção ambiental, almejando um crescimento dito sustentável a longo prazo;
- o da equidade social com desenvolvimento baseado no povo (urbanização, aprofundamento de reformas estruturais, acesso à educação, segurança social, apoio à velhice, saúde, etc.);

Relativamente ao primeiro aspeto, a aposta num crescimento sustentável prende-se com a necessidade de manter o nível de crescimento atingido, implicando isso uma subida na cadeia de valor dos produtos que a China lança para o mercado. A aposta em produtos de maior valor acrescentado há muito que se faz sentir. As áreas de investimento do capital chinês são por isso mais específicas, orientadas para setores virados para a pesquisa científica e o avanço tecnológico.

O segundo aspeto prende-se com a entrada da economia chinesa na chamada "nova normalidade". O país almeja erradicar a pobreza de toda a população até 2020. O presidente Xi Jinping reconhece que esse será o maior desafio deste Plano Quinquenal, mas já tem planos para melhorar as infraestruturas das áreas rurais. A melhoria dos serviços como segurança social, cuidados de saúde e educação também é uma prioridade.

O Plano de Ação ligado à estratégia “Uma Faixa, Uma Rota” é sem dúvida alguma o elemento central da diplomacia económica chinesa nos dias de hoje e da política externa do presidente Xi Jinping. Em termos de infraestruturas, há já projetos em andamento,

entre os quais é possível salientar o caminho de ferro que liga a China ao Laos, um porto no Vietname e uma auto-estrada no Paquistão. Todos estes projetos são financiados por organismos maioritariamente chineses tais como o *Asian Infrastructure Investment Bank*, o *New Development Bank* e o *Silk Road Fund*. O peso destas entidades de financiamento e da moeda chinesa, o renminbi, torna-se inegável e aí entramos no campo da tão almejada integração financeira com uma tendência crescente para que a moeda chinesa se possa vir a tornar moeda de transação negocial em termos mundiais a par com o Euro e o Dólar norte-americano.

Em termos políticos, a tendência de isolacionismo na cooperação externa iniciada pela nova administração dos Estados Unidos na pessoa de Donald Trump, particularmente no que toca a África, leva a crer que a estratégia chinesa “Uma Faixa, Uma Rota” pode vir a assumir um impacto bem forte naquele continente. De fato, a China já referiu que pretende ocupar os lugares deixados vazios pelos Estados Unidos.

A proposta chinesa para África inclui entre outras coisas o financiamento de infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias e energéticas, interligando os países vizinhos (Burundi, RD do Congo, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda). A criação destas infra-estruturas está inserida num pacote de projetos que ascende a 60 mil milhões de dólares prometidos pela China no final do ano de 2015.

Em termos culturais, esta estratégia é um esforço abismal para a China no sentido de se abrir a novas filosofias e entendimentos do Mundo para entender culturas de países como a Índia e outras civilizações mundiais.

No caso de Portugal, a China fez o convite para que o país fizesse parte desta Rota e numa cerimónia comemorativa dos 10 anos de parceria estratégica Portugal-China” em Lisboa, o representante chinês, o embaixador Huang Songfu, disse as seguintes palavras em Março 2015: “Convidamos Portugal a aproveitar esta oportunidade e a explorar juntamente com a China a possibilidade de cooperação no quadro de ‘uma faixa e uma rota’, promovendo assim a nossa cooperação pragmática em benefício dos dois povos e elevando a parceria estratégica global sino-portuguesa para um novo patamar”.

Referiu ainda: “Portugal é um Estado-membro importante da União Europeia, e ao mesmo tempo um bom amigo e parceiro da China. Na história, Portugal tinha a tradição de navegação e os descobrimentos marítimos abriram o caminho marítimo ao Oriente,

contribuindo assim para a conexão dos continentes e para a emergência da globalização. Realçamos que, neste período de tempo, Portugal sempre foi uma ponte importante dos intercâmbios comercial e cultural entre a China e a Europa, por introduzir os produtos chineses como o chá, a porcelana e a seda no continente europeu. Recentemente, Portugal aderiu oficialmente ao AIIB como membro fundador, revelando a sua confiança e apoio às cooperações sino-europeias e à construção de ‘Uma Faixa e Uma Rota’.

Acreditamos que Portugal, posicionado no centro da rota marítima do Atlântico, poderá ter um papel imprescindível na realização de ‘Uma Faixa e Uma Rota na Europa’. É nossa esperança sincera que ‘Uma Faixa e Uma Rota’ seja construída conjuntamente por todos os países, incluindo Portugal, no sentido de beneficiar os seus povos na partilha dos frutos do desenvolvimento, contribuindo ainda mais para o progresso da civilização humana.”

De acordo com as palavras do mesmo embaixador, o projeto ambicioso de “Uma Faixa, Uma Rota” pode ser resumido do seguinte modo:

“‘Uma Faixa e Uma Rota’ atravessa os continentes da Ásia, da Europa e de África, faz a ligação do círculo mais dinâmico da Ásia Oriental ao círculo mais desenvolvido da Europa e abrange vários países com enorme potencial para o desenvolvimento económico. A população destes espaços totaliza cerca de 4.4 mil milhões e reúne um volume económico de 21 mil milhões de dólares, o que faz representar, respectivamente, 63% e 29% do mundo inteiro.

‘Uma Faixa’ liga principalmente a China, a Ásia Central, a Rússia e a Europa (o Mar Báltico) com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e do Oeste, bem como com o Sudeste e o Sul da Ásia e o Oceano Índico, enquanto ‘Uma Rota’ é projetada da costa chinesa à Europa através do Mar do Sul da China, do Oceano Índico e do Pacífico Sul, através do Mar do Sul da China. Sendo a continuação do espírito da Rota da Seda, ‘Uma Faixa e Uma Rota’ proporcionará ao mundo um caminho de cooperação de benefício mútuo na promoção do desenvolvimento comum, um caminho de paz e amizade na promoção de entendimento, confiança e intercâmbios. O Governo Chinês espera que, através desta iniciativa caracterizada pela confiança política mútua, integração económica e inclusão cultural, os países participantes possam realizar as

cooperações pragmáticas em todas as áreas e construir uma comunidade de interesses, destino e responsabilidades compartilhadas. (...)”.

O embaixador da China em Portugal disse ainda que o Governo chinês está a incentivar as empresas de transporte marítimo chinesas a utilizarem um porto português para canalizarem mercadorias para o mercado da União Europeia (UE), devido à posição geográfica de Portugal.

A "cooperação trilateral" entre a China, Portugal e os países de língua oficial portuguesa também é de salientar e tem bastante interesse para todas as partes envolvidas.

Em suma, a República Popular da China almeja com esta Nova Rota da Seda do séc. XXI resolver questões internas como a necessária ampliação do escoamento de excedentes, a obtenção de energia para consumo interno e o desenvolvimento das regiões centro e oeste do país. Tendo estas necessidades satisfeitas, facilmente manterá o crescimento e conseguirá a ascensão no cenário internacional. Deste modo, o Império do Meio demonstra ao mundo a capacidade que possui como líder asiático.

### **Bibliografia**

FALLON, Thereza, American foreign policy interests. **The New Silk Road: Xi Jinping’s Grand Strategy for Eurasia**, Florida, 20 de Agosto. 2015.

XIAOMING, Liu, **New Silk Road is an opportunity and not a threat**, Financial Times, 24 Maio 2015.

OLIVEIRA, Henrique (2000), **A Crise Asiática e a China**, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

<https://monthlyreview.org/2017/01/01/one-belt-one-road/>